



Misael Montenegro Filho



ACÇÕES POSSESSÓRIAS NO NOVO CPC

4.ª EDIÇÃO

Revista, atualizada e ampliada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Até a 3ª edição, esta obra foi publicada pela *Série Procedimentos Cíveis*, desta Editora.

- Fechamento desta edição: 06.06.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

M783a

Montenegro Filho, Misael

Ações possessórias no novo CPC / Misael Montenegro Filho. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01270-5

1. Processo civil – Brasil – Prática forense. 2. Execuções (Direito) – Brasil – Prática forense. I. Título.

17-42400

CDU: 347.91.95(81)

10574

SUMÁRIO

LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS	XVII
INTRODUÇÃO	XIX
CAPÍTULO 1 – AJUIZAMENTO DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1
1.1. Definição do cabimento da ação possessória. Confronto entre a posse e a propriedade.....	1
1.1.1. Posse transmitida por cláusula inserida em contrato de compra e venda, de locação etc. Permanência do contratante na posse do bem e consequências processuais.....	10
1.1.2. Postulação incorreta e consequências processuais	14
1.1.3. Extinção do processo e consequências financeiras.....	18
1.1.4. Razões da preferência do autor pela ação possessória. Ajuizamento da ação reivindicatória pelo proprietário/possuidor que se encontra com dificuldades de produzir provas...	19
1.1.5. Detentor ou <i>fâmulos</i> da posse. Permissão ou tolerância no seu exercício e consequências processuais.....	22
1.1.6. Autodefesa na realidade das questões possessórias.....	24
1.2. Petição inicial/requisitos gerais	26
1.2.1. Requisitos específicos	28
1.2.1.1. Autoridade a que é dirigida. Necessidade de definição da natureza jurídica da ação (fundada em direito real sobre imóveis ou em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis?). Foro e juízo competentes	29
1.2.1.1.1. Autoridade competente quando a ação possessória envolver o espólio como parte.....	35
1.2.1.1.2. Autoridade competente quando a ação possessória envolver imóvel pertencente à União Federal.....	36

1.2.1.2.	Nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no CPF ou no CNPJ, endereço eletrônico, domicílio e residência do autor e do réu	38
1.2.1.3.	Litisconsórcio na ação possessória	41
1.2.1.4.	Fatos e fundamentos jurídicos do pedido. Necessidade de produção de prova pré-constituída para autorizar a concessão da tutela provisória. Fundamentação do pronunciamento	44
1.2.1.5.	Demonstração do exercício de posse anteriormente à turbação ou ao esbulho	47
1.2.1.6.	Prova da turbação ou do esbulho. Posse voluntariamente transferida ao réu e consequências processuais	49
1.2.1.6.1.	Demonstração da prática da turbação ou do esbulho através do aproveitamento da <i>prova emprestada</i>	52
1.2.1.7.	Data da ocorrência da turbação ou do esbulho e sua importância processual	55
1.2.1.8.	Pedido com as suas especificações	57
1.2.1.8.1.	Cominação de pena para o caso de nova turbação ou esbulho	61
1.2.1.8.2.	Especificação do pedido de liminar. Formulação de pedido completo	63
1.2.1.8.3.	Pedido de mérito	64
1.2.1.9.	Valor da causa	65
1.2.1.10.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	67
1.2.1.11.	Opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação	68
1.2.1.12.	Documentos obrigatórios à propositura da ação	72
1.3.	Legitimidade passiva. Definição do réu pela legitimidade e pela possibilidade de efetuar o pagamento da indenização. Ajuizamento da ação contra réus incertos e não sabidos	75
1.4.	Definição do rito do processo	80
1.4.1.	Dinâmica da ação possessória quando em curso pelo rito sumaríssimo	83
1.5.	Síntese conclusiva	85
1.6.	Minuta de petição inicial da ação de reintegração de posse comentada	88

CAPÍTULO 2 – DEFESA DO RÉU NAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	101
2.1. Considerações gerais.....	101
2.2. Preliminares peremptórias e dilatórias. Consequências decorrentes do acolhimento das preliminares	104
2.2.1. Incompetência absoluta do juízo. Propositura da ação possessória perante juízo incompetente. Consequências processuais advindas do acolhimento da preliminar. Forma de arguição da preliminar	104
2.2.2. Incorrecção do valor da causa	107
2.2.3. Conexão.....	109
2.2.4. Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	112
2.2.5. Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça ..	118
2.2.6. Outras preliminares relacionadas no art. 337 do CPC, que podem ser suscitadas nas ações possessórias	119
2.3. Preliminares de mérito	121
2.4. Fatos e fundamentos jurídicos corriqueiramente expostos pelos réus nas ações possessórias	124
2.5. Pedidos tradicionalmente formulados nas contestações.....	126
2.6. Defesa específica da ação possessória. Não preenchimento dos requisitos relacionados no art. 561. Usucapião como matéria de defesa	129
2.6.1. Indenização por perdas e danos e retenção por benfeitorias	133
2.7. Natureza dúplice da ação possessória e suas consequências processuais. Exame do cabimento da reconvenção.....	135
2.8. Exceção de domínio	139
2.9. Síntese conclusiva	143
2.10. Minuta comentada de contestação oferecida em ação de reintegração de posse	144
CAPÍTULO 3 – DINÂMICA DA AÇÃO POSSESSÓRIA	149
3.1. Considerações gerais.....	149
3.2. Apreciação da liminar. Deferimento da tutela provisória nos casos de posse de <i>força velha</i> . Revogação da medida de urgência pelo próprio magistrado.....	154
3.3. Audiência de justificação	160
3.4. Audiência de tentativa de conciliação ou de mediação	164
3.5. Audiência preliminar designada nas ações possessórias.....	169

3.6. Fase de instrução probatória.....	172
3.6.1. Audiência de instrução e julgamento	174
3.6.1.1. Dinâmica da audiência de instrução e julgamento designada nas ações possessórias.....	175
3.6.1.2. Fracionamento da audiência e consequências processuais	178
3.6.1.3. Atos preparatórios da audiência de instrução e julgamento	179
3.7. Sentença e efetivação do pronunciamento. Interposição da apelação e efeitos em relação à liminar.....	185
3.8. Síntese conclusiva	193
 CAPÍTULO 4 – PRINCIPAIS SÚMULAS DO STF, DO STJ E DE OUTROS TRIBUNAIS RELACIONADAS ÀS MATÉRIAS ESTUDADAS.....	 197
 CAPÍTULO 5 – ARTIGOS DO CC RELACIONADOS À POSSE, COM BREVES COMENTÁRIOS DOUTRINÁRIOS.....	 199
 CAPÍTULO 6 – PRINCIPAIS PRAZOS RELACIONADOS ÀS AÇÕES POSSESSÓRIAS	 205
 BIBLIOGRAFIA.....	 207